



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

Os usos da categoria de ?presos políticos? nos documentos de denúncia produzidos por militantes encarcerados na ditadura

Autoria: Lucas Pedretti Lima (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

A comunicação pretende refletir sobre os usos dados pelos militantes da luta armada presos durante a última ditadura militar brasileira (1964-1985) para a noção de ?presos políticos?, a partir da análise de três documentos produzidos nos cárceres do regime: Livro negro da ditadura (1972), A repressão militar-policia no Brasil (1974/1975), e Bagulhão (1975). O texto apresenta resultados parciais de minha pesquisa de doutorado, e o recorte analítico para este artigo buscará restringir a análise à forma pela qual, nesses documentos, os militantes estabelecem fronteiras entre o ?preso político? e o ?preso comum?. Frente às acusações de que os militantes eram ?terroristas?, tais documentos se dedicam a construir a noção do ?preso político? de maneira corresponde a uma série de outras qualificações, como ?resistentes?, ?revolucionários?, ?combatentes? e, mais raramente, ?vítimas?. Por outro lado, elaborados em um contexto de violência estatal contra outros indivíduos ? os cárceres onde também ficavam os ?presos de direito comum? ?, os registros



operam também criando uma segunda distinção, entre diferentes categorias de atingidos pela violência. Nesse quadro, é reforçada uma distinção entre ?presos políticos? e ?presos comuns? que corresponde à clivagem entre ?resistentes? e ?marginais?. O argumento central do work é que esta análise permite elaborar uma pré-história da luta por direitos humanos e por memória, verdade, justiça e reparação no Brasil. E por que uma pré-história, mas não uma história propriamente dita? Porque, como notado por Heloísa Greco, tais publicações não mobilizam a ?gramática dos direitos humanos? que marcará a atuação de familiares de mortos e desaparecidos políticos e de ex-presos políticos que se tornará mais intensa na segunda metade dos anos 1970 e, de forma mais explícita, no contexto da luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Nesse sentido, busca-se entender como a produção dos próprios militantes da luta armada sobre a violência que o regime imprimia contra eles foi fundamental para a conformação dos enquadramentos que posteriormente seriam amplamente mobilizados ao longo da transição para o regime democrático. O work busca colaborar com discussões que vêm se desenvolvendo após o work das comissões da verdade no Brasil, e que tem como preocupação fundamental a reflexão crítica sobre as lutas e as políticas de memória estabelecidas no pós-ditadura. Diversos works têm demonstrado como esse campo da memória, verdade, justiça e reparação reproduz os efeitos de desigualdades e clivagens sociais, raciais e de classe. Nessa chave, pode-se compreender melhor as condições que levavam os militantes a narrar sua experiência de violência como algo particular, bem como enxergar os efeitos dessas narrativas.

[Trabalho completo](#)



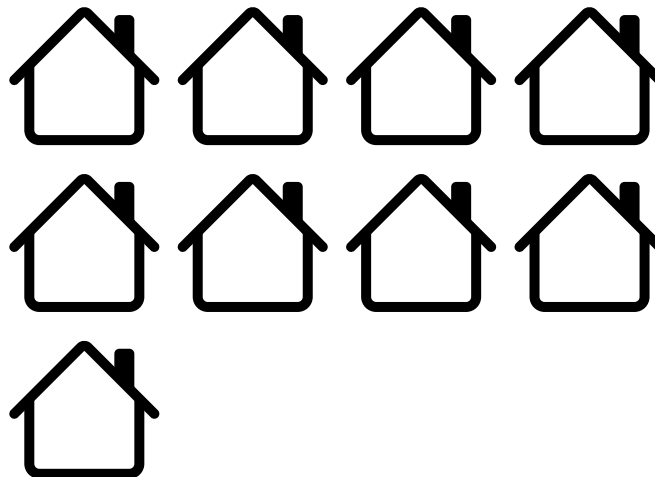
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: